

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS Nº 01 DE 30 DE JANEIRO DE 2025

Aos 30 (trinta) dias do mês de janeiro de 2025, às 16h00min, nesta cidade de Janaúba, Minas Gerais, reuniu-se na sede do PREVIJAN, o Comitê de Investimentos deste Instituto, presentes o Sr. Adalberto Mendes Lopes, a Sra. Maria Solange Barbosa, a Sra. Jaqueline Martins Oliveira e o Sr. Edvaldo José da Silva (Diretor Presidente). A reunião iniciou-se com o Relatório de Investimentos do Instituto, referentes as competências dezembro e janeiro/2025, acerca do enquadramento, retorno sobre os investimentos, distribuição dos ativos por instituições financeiras, distribuição dos ativos por subsegmentos, retorno da carteira de investimentos versus meta de rentabilidade, evolução patrimonial, APR'S, análise de risco da carteira de investimentos e suas particularidades, que após análise foram aprovados pelos membros. Em seguida foi discutido o cenário econômico interno e externo, e sugestões para aplicações financeiras disponibilizado pela assessoria financeira do Instituto. No Brasil a atividade econômica continua a apresentar crescimento, apesar de demonstrar certa desaceleração. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) avançou 0,14% em outubro, após 0,88% em setembro. Com o resultado, o indicador acumula alta de 3,69% no ano e de 3,43% em 12 meses. Outros indicadores, como o Índice de Gerente de Compras (PMI, na sigla em inglês) de novembro, demonstraram resultados semelhantes, com os setores de serviços e indústria desacelerando em relação ao mês anterior, mas permanecendo em patamar de crescimento. Ainda no que tange à atividade econômica, o mercado de trabalho continua aquecido, com a taxa de desocupação recuando para 6,1% no trimestre encerrado em novembro. No que se refere ao rendimento real habitual, este alcançou R\$ 3.285, avançando frente aos R\$ 3.263 do trimestre encerrado em agosto. Em relação à inflação, o IPCA-15, prévia da inflação oficial do país, teve alta de 0,34% em dezembro, vindo abaixo do esperado pelo mercado (0,45%). O acumulado em 2024 foi de 4,71%, ficando acima da margem de tolerância da meta de inflação perseguida pelo Banco Central. Dos nove grupos que compõem o indicador, cinco apresentaram alta no mês, com o destaque sendo para Alimentação e bebidas, que variou 1,47% e impactou o índice geral em 0,32 p.p.. Em sua última reunião do ano, o Copom decidiu, em unanimidade, por elevar a taxa Selic em 1,00 p.p., para 12,25% a.a., e ressaltou que, se confirmado o cenário esperado, antevê ajustes de mesma magnitude nas próximas duas reuniões e que o ciclo de aperto monetário será ditado pelo compromisso de convergência da inflação à meta. Em dezembro, o banco central dos Estados Unidos decidiu reduzir novamente a taxa básica de juros em 0,25 p.p., para a faixa de 4,25% a 4,50% ao ano. A decisão veio em linha com o esperado pelo mercado e refletiu as preocupações da autoridade monetária em relação ao sólido ritmo da atividade econômica. Ainda que tenha subido abaixo do esperado, a inflação medida pelo PCE acelerou para 2,4% em novembro, após 2,3% em outubro, na base anual. O resultado corroborou com as estimativas de maior pressão inflacionária na economia americana em 2025 e, por conseguinte, com as projeções de que o Fed reduzirá o ciclo de flexibilização de juros. A atividade econômica resiliente refletiu na leitura final do PIB do terceiro trimestre de 2024, que expandiu a uma taxa anualizada de 3,1%, acelerando após o avanço de 3,0% no trimestre imediatamente anterior, impulsionado por um aumento nos gastos dos consumidores e no volume de exportações. O desafiador cenário econômico da zona do euro levou o Banco Central Europeu a reduzir a taxa de juros em dezembro, em 0,25 p.p., para 3% a.a., realizando a quarta redução de juros em 2024. Para 2025, há uma perspectiva mais cautelosa para o afrouxamento monetário, refletindo incertezas relacionadas a fatores como as possíveis tarifas de importação por parte dos Estados Unidos e os desdobramentos econômicos decorrentes das eleições na Alemanha, a maior economia do bloco. A inflação da zona do euro acelerou ligeiramente em novembro, mas permanece em linha com a meta do BCE, com uma taxa anualizada de 2,2%, após registrar alta de 2,0% no mês anterior, sugerindo um processo de desinflação sustentado. No que se refere à atividade econômica, a fraqueza do setor industrial, que não apresenta perspectivas de melhora no curto prazo, permanece puxando atividade econômica do bloco para o campo de contração, apesar da melhora do PMI Composto de dezembro, que passou de 48,3 para 49,5. A economia da China também







junho

apresenta incertezas para o ano de 2025, sobretudo em relação à provável implementação das novas políticas protecionistas nos Estados Unidos, defendidas pelo presidente Donald Trump. No que tange à atividade econômica, a produção industrial chinesa perdeu força, com o PMI/Caixín caindo de 51,5 para 50,5 na passagem de novembro para dezembro. Apesar de o mercado permanecer aguardando reforços de suporte fiscal e monetário para impulsionar a atividade do país, em dezembro, o Banco Central da China decidiu manter as taxas de juros inalteradas, repetindo a deliberação de novembro. O cenário para a implementação de novos estímulos para a economia do país permanece em aberto. Para 2025, espera-se que as medidas por parte do governo para o suporte interno fortaleçam a economia da China a fim de que os possíveis impactos externos possam ser mitigados, caso o conflito comercial com os Estados Unidos se materialize. Dezembro foi mais um mês volátil e bastante negativo para os mercados. No que tange aos ativos de renda fixa domésticos, apenas aqueles mais conservadores, como CDI (0,93%) e IRF-M 1 (0,70%) permaneceram no campo positivo, enquanto os mais voláteis, como IMA-B 5+ e IRF-M 1+ foram os destaques negativos ao recuarem 4,37% e 2,96%, respectivamente. Na renda variável, o Ibovespa apresentou desvalorização de 4,28% em dezembro, enquanto o S&P 500 caiu 2,50%. Por fim, o Global BDRX subiu 4,64%, impulsionado pela desvalorização do real. O dólar finalizou o mês cotado a R\$ 6,18. Apesar do provável cumprimento da banda inferior da meta do arcabouço fiscal em 2024 (gastos extraordinários com o Rio Grande do Sul não foram contabilizados), de déficit de 0,25% do PIB, as incertezas com o futuro próximo têm preocupado. O cumprimento da meta em 2025 dependerá de receitas incertas (que dependem da aprovação de elevação de tributação pelo Congresso), da efetividade de medidas de pente-fino em programas sociais e do ritmo de crescimento das despesas. Neste cenário de juros elevados, a alocação em investimentos mais conservadores, como fundos indexados ao CDI, permanece em destaque, pois estes continuam entregando retornos condizentes com a meta atuarial e, com as projeções de novas altas nos juros, este retorno deve continuar superando a meta ao longo de 2025. Por fim, a elevação das taxas de rentabilidade dos títulos nos últimos meses destaca a atratividade da compra direta de títulos públicos e letras financeiras, assim como da aplicação em fundos de vértice, que continuam a oferecer retornos acima da meta atuarial dos RPPS. Além de superar a meta, a aquisição direta de títulos proporciona a possibilidade de marcação na curva, uma prerrogativa que auxilia na gestão de riscos e reduz a volatilidade da carteira. Após análise do relatório e discussões decidiu-se realizar as seguintes transações financeiras: resgates: 900 mil reais do fundo de investimentos BB PERFI, e valores referentes a cotização dos fundos de investimentos Vértice 2024 e Bradesco GESTÃO ESTRATÉGIA 2024; e aplicações: 1,2 milhões de reais no fundo de investimentos CAIXA IRF-M1. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por todos.


Jaqueline Martins Oliveira
Gestor de Recursos


Maria Solange Barbosa
Membro


Adalberto Mendes Lopes
Membro


Edvaldo José da Silva
Diretor Presidente